

TESE: JUSTIÇA CLIMÁTICA NA CIDADE DO RECIFE: DISCUSSÃO A PARTIR DOS COMPONENTES FÍSICOS E SOCIAIS DA PAISAGEM URBANA

Orientador: Prof. Dr. Ranyére Silva Nóbrega

Doutorando: Pedro Felipe Cavalcanti dos Santos

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo Debater a justiça climática na cidade de Recife, a partir das suas componentes físicas e culturais da paisagem urbana. Para isso, foram registrados dados relacionados a diferentes características da morfologia urbana, a fim de gerar informações que auxiliem no desenvolvimento do ambiente urbano. Os objetivos específicos incluíram investigar a legislação ambiental do Recife voltada à justiça climática e a sua efetividade prática; analisar a variação da temperatura, umidade relativa do ar e o conforto térmico ao longo de um ano; e avaliar a efetividade da justiça climática a partir do conforto térmico. Para coletar dados de temperatura e umidade, foram instalados seis termohigrômetros da marca HOBO PRO V2. Esses dispositivos foram protegidos por abrigos para evitar a incidência direta de radiação solar e chuva. A distribuição estratégica desses termohigrômetros buscou representar as diferentes paisagens da capital pernambucana, permitindo assim, capturar as variadas características climáticas na escala local. Com base nos dados coletados, foram criados seis perfis paisagísticos distintos, utilizados na aplicação do Índice de Temperatura e Umidade (ITU) para o estudo do conforto térmico. O ITU foi adaptado com a utilização da renda per capita nos diferentes bairros, gerando uma análise da capacidade adaptativa da população aos efeitos do conforto térmico. A paisagem recifense foi avaliada para entender os aspectos que interferem na vulnerabilidade ao conforto térmico. A avaliação das leis climáticas da cidade foi realizada em conjunto com o uso de dados ambientais e socioeconômicos. Os resultados indicaram que Recife é uma cidade com imensa concentração de renda, e essa concentração influencia drasticamente na forma como a população constrói o espaço urbano. As populações mais pobres têm menor capacidade para combater o desconforto térmico. Em contraste, as áreas abastadas, com maior capacidade financeira, possuem melhores equipamentos urbanos para amenizar efeitos climáticos negativos.

Palavras-chave: Clima urbano. Desconforto térmico. Justiça climática.